



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

VITÓRIA LOPES BRITO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UM COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Vitória Lopes Brito

**A Atuação profissional dos Assistentes Sociais na prevenção à violência
contra as mulheres: Um compromisso ético e político**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de bacharel/licenciado em Serviço Social.
Profa. Dra. Orientador (a): Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B862a Brito, Vitoria Lopes.

A Atuação profissional dos Assistentes Sociais na prevenção à violência contra as mulheres: Um compromisso ético e político. / Vitoria Lopes Brito. – Miracema, TO, 2024.

62 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2024.

Orientadora : Josenice Ferreira dos Santos Araújo

1. Violência. 2. Gênero. 3. CREAS. 4. PNAS e SUAS. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VITORIA LOPES BRITO

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UM COMPROMISSO ÉTICO E POLITICO

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com a temática 'A Atuação profissional dos Assistentes Sociais na prevenção à violência contra as mulheres: Um compromisso ético e político" e aprovada em sua forma final pelo Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. (a) Dr. (a) Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Orientador(a), UFT

Prof. (a) Dr. (a) Ingrid Karla da Nobrega Beserra, Examinador(a), UFT

Prof. (a) Dr.(a) Maria José Antunes da Silva, Examinador(a), UFT

Dedico este trabalho á minha mãe Aldeci Aparecida que sempre me apoiou, Aos meus filhos Victor Hugo Lopes e João Miguel Costa foram essencial na minha formação acadêmica, Ao meu marido Valdeir Costa que forneceu todo suporte, apoio e paciência

Dedico este trabalho a quem colaborou diretamente comigo: minha orientadora. Profa. Dra. Josenice Araújo por toda dedicação, paciência e apoio, principalmente pelas suas orientações durante finalização dessa monografia para mostrar um melhor desempenho no meu processo de formação.

Dedico este trabalho a todos vocês com toda carinho e agradecimento.

Cada mulher que se levanta contra a violência não está apenas defendendo a si mesma, mas também construindo um mundo mais justo e seguro para todas. Que a coragem e a força delas inspirem todos nós a sermos aliados nessa luta por dignidade e respeito (Leonardo Godoy). ¹

¹ Godoy, Leonardo, Pensador: **Cada mulher que se levanta contra a...**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta monografia as seguintes pessoas: Primeiramente gostaria de agradecer a “DEUS”, por ter me proporcionado força e determinação para não desistir dos meus sonhos e objetivo.

Essa jornada foi dificultosa, inclusive no final da faculdade ocasionando alguns sintomas de medo e ansiedade social, constantemente isso me sensibilizou e angustiou psicologicamente, no qual pensei muito em desistir, mas “Deus nunca me deixou sozinha”.

Quando estou usando a palavra desistir, estou significando que esses anos não foram fácil conciliar filhos, faculdade, companheiro e moradia é uma função que requer muito no cotidiano. Lembro como se fosse hoje a sensação de alegria e felicidade por ter entrado no curso de Serviço Social em Miracema do Tocantins, se passaram tão rápido sentirei saudades dos professores (as) vou levar todos os ensinamentos para resto da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer minha orientadora. Profa.Dra. Josenice Araújo, por toda dedicação e paciência que teve comigo durante esse processo de graduação.

Desta maneira é também de grande importância agradecer minha mãe Aldeci Aparecida que me criou sozinho, mas sempre me apoio nos meus sonhos, sempre me motivando nos meus obstáculos e desafios principalmente nessa etapa da minha vida na formação acadêmica, sempre esteve comigo

Não poderia deixar de agradecer aos meus filhos Victor Hugo Lopes e João Miguel Costa que foram meu maior incentivo durante essa formação acadêmica. Ao meu marido Valdeir Costa que esteve comigo todo esse tempo nesta nova jornada da minha vida, sempre foi paciente comigo me tanto incentivo moral, me motivando para eu sempre lutar pelos meus sonhos.

Inclusive gostaria de agradecer minhas companheiras de cursos Jandevan Carvalho, Cristiane Pereira e Michelly Mariano que tiveram comigo todo este tempo na minha formação acadêmica, sempre me motivando durante esse percurso que me proporcionou alegria, companheirismo nos trabalhos, estágio, artigo e projetos.

Agradeço também à minha amiga, Ana Lúcia Conceição pelo incentivo mesmo de longe sempre me motivando com mensagem positiva de carinho nunca deixando de acreditar em mim, saiba que essas mensagens foram muito valiosas.

E não poderia deixar de agradecer uma companheira Laryssa Moraes que me ajudou de varias formas com apoio e incentivo sempre quando precisava de qualquer tipo de ajuda, sempre esteve comigo.

Por fim, agradeço a Banca Avaliadora, as docentes Profa. Dra Maria José Antunes e a Professora e Coordenadora do curso Dra Ingrid Karla, pelo aceite e contribuição na leitura de meu TCC e valiosas contribuições para o aprimoramento de minha formação profissional.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou abordar a Prática profissional do Assistente Social na prevenção à violência de gênero contra as mulheres. O objetivo Geral foi analisar o processo de execução das atribuições privativas dos Assistentes Sociais do CREAS na atenção a violência de gênero contra as mulheres no município de Miracema do Tocantins. Os objetivos específicos foram: compreender o fenômeno da violência de gênero a mulher e suas bases teóricas e sóciojurídicas fundantes; Descrever a dinâmica da proteção especializada no enfrentamento à violência de gênero praticada contra as mulheres na política de assistência social (PNAS)/SUAS, desenvolvida no CREAS; Avaliar a operacionalização das Atribuições privativas do assistente Social no atendimento especializado as mulheres vítimas de violência de gênero, no CREAS, conforme as normativas do Projeto Ético Político do Serviço Social. O percurso metodológico desta pesquisa qualitativa foi teórico e bibliográfico, sendo uma investigação que buscou analisar aspecto qualitativos e legislativos, baseado em métodos, artigos (Lei Maria da Penha), livros (Guerra Yolanda), (CFESS) e (Temporalis 3), revistas (Pereira, Thalita), (Machado, Ednéia) e (Lopes, Liliam). A violência contra mulher é um problema global que afeta varias mulheres independente da sua religião, idade, escolaridade e classe social que afeta tanto a saúde mental como física, que ocorre a partir de vários fatores sociais, culturais e históricos. A monografia transversalizou sobre uma refração da questão social demonstrando os ciclos, as formas de violência, os direitos dessas mulheres vítimas de violência, tendo como referência a Lei Maria da Penha nº 11.340/ 2006, política nacional de assistência social e a política de proteção especial. Deste modo, concluiu-se que a violência pode acontecer em qualquer espaço tanto público ou privado, ser causado com agressões, dano emocional, ameaças, humilhações, xingamentos, coação, manipulação, chantagem, chegando em casos extremos a causar até morte. Na pesquisa realizada, pudemos observar as dimensões complexas ocasionadas na vida dessas mulheres e a expressão de sentimento de medo, culpa, traumas, ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, gravidez indesejada, suicídio e doenças.

Palavras-chaves: Violência. Gênero. CREAS. PNAS e SUAS.

ABSTRACT

The present work of this research Professional practice of the Social Worker in the prevention of gender violence against women. The General objective analyzes the process of execution of the exclusive attributions of the Social Workers of CREAS in the care of gender violence against women in the municipality of Miracema do Tocantins. The specific objectives are to understand the phenomenon of gender violence against women and its founding theoretical and socio-legal bases; Describe the dynamics of specialized protection in confronting gender violence practiced against women in the social assistance policy (PNAS) / SUAS, developed at CREAS; Evaluate the operationalization of the exclusive attributions of the Social Worker in the specialized care of women victims of gender violence, at CREAS, according to the regulations of the Political Ethics Project of Social Service. The method of this qualitative research was theoretical and bibliographic, which is an investigation that will analyze the subjective aspect, based on methods, articles, books, magazines. Violence against women is a global problem that affects many women regardless of their religion, age, and education, and that affects both mental and physical health, which comes from several social, cultural, and historical factors. The monograph covers the expression of the social issue, the cycles, the forms of violence, and the rights of these women who are victims of violence against women, using as reference the Maria da Penha Law No. 11,340/2006, the national social assistance policy, and the special protection policy. Thus, it is concluded that violence can occur in any space, whether public or private, and can be caused by aggression, emotional harm such as threats, humiliation, insults, coercion, manipulation, and blackmail, which in extreme cases can even cause death. We can observe the complex dimensions caused in the lives of these women, such as their well-being, feelings of fear and guilt, trauma, anxiety, depression, post-traumatic stress, unwanted pregnancy, suicide, and illness. Therefore, the impact on women's lives is very great, in marital and family relationships. As a social instrument for prevention and confrontation, CREAS serves both families and individuals in situations of neglect, social and personal risk, violation of rights, such as psychological, physical, sexual violence, abandonment and the social worker is one of the professionals qualified to face this refraction of the social issue.

Keywords: Violence. Gender. CREAS. PNAS and SUAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
UFT	Universidade Federal do Tocantins
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ABESS	Associação Brasileira de Educação Saúde e Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
IMP	Lei Maria da Penha
OPAS	Organização Pari- Americana
ONU	Organizado das nações únicas
MDS	Ministério de desenvolvimento Social
PAIF	Proteção e Atendimento a Família
SCFB	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
LA	Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviços a Comunidade
BPC	Benefício de Prestação Continua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPRESSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: BREVE ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL	15
2.1	Definição de questão social e sua relação com as desigualdades sociais	15
2.2	Definição sobre a questão social: violência contra as mulheres	27
2.3	Identificação das principais causas e fatores de risco associados à violência	36
3	PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIANTE DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO ESPECIAL	41
3.1	Contextualização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus princípios norteadores, como a universalidade, equidade e integralidade.....	41
3.2	Apresentações da Política de Proteção Especial como uma das modalidades de atendimento previstas na PNAS.....	45
3.3	Explorações das ações e serviços oferecidos pela Proteção Especial no contexto da violência contra a mulher.....	48
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC buscou compreender o papel do assistente social no enfrentamento da violência de gênero. A construção desse trabalho surgiu em detrimento do Estágio supervisionado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Miracema do Tocantins. O estágio supervisionado contribuiu em uma atividade, que pretende propiciar condições para que a estudante desenvolva habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos ao trabalho profissional.

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido por meio de uma pesquisa teórica, que de acordo com (Barros e José 2005, p.4), 2ª pesquisa “teoria” está ligada a maneira de ver o mundo ou de compreender os acontecimentos que estão sendo analisados, que se remete aos conceitos empregados na leitura da realidade. Diferentemente, a “metodologia” está ligada a maneira de trabalhar algo, de extrair algo de materiais, vinculando-se a ações concretas, as práticas que vão além da teoria, ou que complementa teoria, esta decisão “teórica” pode encaminhar uma escolha “metodológica”.

Esta pesquisa foi desenvolvida sob a metodologia qualitativa teórica e bibliográfica, conforme Silva e Simon (2005), a pesquisa quantitativa³ deve ser utilizada quando existir um problema bem definido, com informações e teorias suficientes a respeito do objetivo de estudo. Para tanto, a pesquisa buscou conhecer os procedimentos metodológicos baseados nas atribuições dos assistentes sociais no atendimento a mulher vítima de violência, que foram expostos nos objetivos geral e específicos do estudo.

Utilizaram-se inicialmente as seguintes bases de dados: a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, SCIELO – Scientific Electronic Library Online, Google acadêmico. A pesquisa foi realizada no período que compreendeu os meses de março de 2023 á dezembro de 2024. Sendo utilizado como descritores para a busca: o assistente social e a violência contra mulheres.

²Barros, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

³ Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, Paschoarelli, Luís Carlos e Medola, fausto Orsi, ET AL, **Característica Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de casos na subárea do Design Ergonômicos**.

O objetivo geral como citado no resumo foi analisar o processo de execução das atribuições privativas dos assistentes sociais do CREAS na atenção a violência de gênero contras as mulheres no município de Miracema do Tocantins. Os objetivos específicos foram: compreender o fenômeno da violência de gênero contra a mulher e suas bases teóricas e sócio jurídico fundantes; Descrever a dinâmica da proteção especializada no enfrentamento à violência de gênero praticada contra as mulheres na política de assistência social (PNAS)/SUAS, desenvolvida no CREAS; Avaliar a operacionalização das Atribuições privativas do assistente Social no atendimento especializado as mulheres vítimas de violência de gênero no CREAS, conforme as normativas do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Desta maneira por meio de vários objetos de pesquisa pudemos coletar e analisar os dados, inicialmente utilizamos a observação assistemática e a análise de dados foram armazenadas pelas anotações no diário de campo, instrumentos de coletas que nos ajudaram a avaliar a operacionalização das atribuições privativas dos assistentes sociais no atendimento especializado as mulheres vítimas de violência de gênero no Centro de Referência especializado da Assistência Social - CREAS, conforme as normativas do projeto Ético Político do Serviço Social.

Para tanto, verificou-se teoricamente que a violência doméstica contra a mulher tem sido um problema complexo que surgiu mediante o excesso de autoridade dos homens sobre as mulheres, ou seja, elas tiveram ao longo da história seus direitos controlados, subjugados e inferiorizados por meio de relações sociais em que a opressão foi um instrumental de poder para controle social feminino e submissão.

Como uma conceituação internacional, a Organização Mundial da Saúde - OMS, (2012), definiu a violência como sendo o uso intencional da força física, do poder real ou ameaça contra si próprio, outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de causa lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Sabe-se que, a violência está presente nas sociedades desde os tempos mais longínquos e remotos, Independe do nível socioeconômico ou das características culturais, ou seja, se expressa em todos os espaços e por diversos fatores, com implicações diversas para o indivíduo, nesta pesquisa para o gênero feminino.

O termo violência entre parceiros íntimos refere-se a qualquer atitude, comportamento de violência de agressão, seja domestica ou relação de intima de

afeto, independentemente de coabitação e compreender as violências físicas, moral, psicológicas, sexual, patrimonial e o comportamento controlador (Brasil, 2006; Krug ET AL, 2002).

De acordo com Minayo e Souza (1998, p.12), ⁴a violência é compreendida como um problema de saúde pública e pode ser qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas que cause danos físicos, sociais, psicológicos'. Uma das formas de expressão da violência é a violência contra a mulher que é definida nos protocolos de atenção básica – saúde das mulheres, como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 2016, p. 214).

Após as conceituações perceber-se que, são inúmeros os casos de violência contra as mulheres noticiadas cotidianamente, que fizeram com que estes tipos de violência fossem considerados como questão de saúde pública, visto que é uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina.

Os elevados índices da violência contra a mulher por agressão psicológica, lesão corporal ou homicídio e, ainda, as políticas públicas no combate a esta modalidade de crime sensibilizam e conduzem estudiosos a discutirem o tema, na tentativa de entender o que motiva e conduz os indivíduos a consumarem tais delitos. Sendo assim, as políticas públicas de prevenção têm o intuito de impedir esta fatalidade que emerge da sociedade e marca a contemporaneidade, ceifando vidas.

Portanto, Iamamoto (1992.p.221), tratar da prática profissional nos seus vários âmbitos, mas destaca-se que, na dimensão política, essa inserção sócio técnica do Serviço Social busca compreender os distintos e contraditórios interesses de classes e do capital neste fenômeno contemporâneo. Dessa maneira, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade que busca a superação da violência e da desigualdade social de gênero.

A autora Barroco (2001), infere-se na temática da violência, que o Assistente Social é um dos profissionais habilitados que possui papel significativo no enfrentamento desta problemática, posto que o projeto ético-político profissional tem

⁴ Coelho, Elza Berger Salema, Silva Anne Caroline Luz Grudtner. ET AL, **Violência: definições e Tipologias**, Florianópolis/SC. 2014.

como objetivo a ampliação da liberdade individual e coletiva, emancipação do indivíduo, defesa de direitos, acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática, articulação com outros profissionais, bem como a promoção de autonomias.

Assim, é importante destacar que o enfrentamento dessas múltiplas formas de violência contra as mulheres é de grande importância para obter condições de vida dignas, pois, diante de todas essas relações injustas em que se encontram as mulheres, é necessário sempre buscar o respeito da sociedade pelo gênero feminino e a garantia de seus direitos conquistados.

Em relação à organicidade deste Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, essa monografia ficou estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo buscou esclarecer a definição de questão social e sua relação com as desigualdades sociais, discussões sobre a violência contra as mulheres, Identificação das principais causas e fatores de risco associados a violência, incluindo aspectos culturais, econômicos e políticos.

E o segundo capítulo trata da Contextualização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus princípios norteadores, como a universalidade, equidade e integralidade. Em específico, debate a aproximação do papel profissional dos assistentes sociais na promoção dos direitos humanos e na luta contra as desigualdades sociais, aonde apresenta-se a Política de Proteção Especial como uma das modalidades de atendimento previstas na PNAS.

Ainda neste capítulo, tem-se a exploração (explanação) das ações e serviços oferecidos pela Proteção Especial no contexto da violência contra a mulher, incluindo os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Por fim, as considerações e resultados buscados nos objetivos geral e específicos do tema.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPRESSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: BREVE ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL

Neste tópico abordaremos as expressões da questão social e a violência doméstica: conceitos e contexto histórico incluindo aspectos culturais, econômicos e políticos que estão vinculados no sistema capitalista, o que representa todas as desigualdades sociais incluindo desemprego, negligência, discriminação inclusive as principais formas de violência sendo física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

2.1 Definição de questão social e sua relação com as desigualdades sociais

A autora lamamoto (1982), ⁵ analisa a questão social nas configurações assumida pelo trabalho nos interesses de classe, concepção e propostas na direção econômica, política e social. Discute sobre uma perspectiva inclusiva nas relações sociais capitalistas que é conhecida nas desigualdades sociais no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pois a maioria da população vende sua força de trabalho para sobreviver, é importante ressaltar que os trabalhadores não usufruíram das riquezas produzidas.

“A questão social se constituiu nas relações sociais do sistema capitalista, que expressam as desigualdades sociais desenvolvidas na força produtiva no trabalho social, conhecidas como questão social produzida e reproduzidas” que são uma perspectiva sociológica das ameaças contemporâneas. Nos anos 1980 foi permanecido que a questão social – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado – encontrou na base da profissionalização do Serviço Social, um aliado para sua operacionalização e controle social.

Segundo os autores lamamoto e Paulo Netto, tem sido analisada a Questão Social como o fundante do exercício profissional na sociedade, cujas diversas expressões do exercício profissional interferem seu enfrentamento nas perspectivas do acesso direito sociais e do exercício da cidadania. O assistente Social conhecido por suas organizações e inclusive nas políticas pública e privados, entre as gestão e defesa do trabalho entre Estado e a sociedade.

⁵ lamamoto, Marilda Villela, **A Questão Social no Capitalismo**, Editoração Eletrônica, Brasília, Jan/Jul, 2001).

Os autores acima, o Serviço Social e uma expressão, que é encontrada entre aspas denominadas como um cuidado na sua adoção que se explica, não somente a origem conversadora. Além disso, as aspas também foram adotadas como “solução” para o fato da “questão social” não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria no sentido marxiano como “forma de ser, na determinação da existência”.

Esse objeto significa que a existência real não é a “questão social” e sim sua expressão, determinadas pelas desigualdades fundamentais do modo de produção capitalista. Este conceito “questão social” declarar seus propósitos conservadores essa foi uma potencialidade totalizadora a ser explorada, especialmente por indicar uma série de manifestações encaradas tradicionalmente de forma isolada, configurando os chamados “problemas sociais”.

Que consiste em aprisionar a análise em um discurso genérico, que redonda em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderarem suas expressões particulares, que desafiam a pesquisa concreta de situações concretas (IAMAMOTO, 2000, p.54).

Autora acima (2000) menciona as análise envolvendo um discurso genérico e também as suas visão única limitada na questão social, nas análises estruturais e dinâmicas conjunturais e, além disso, na vida dos sujeitos sociais. Situam-se que está questão social despejar suas particularidades, perdendo o movimento e as riquezas da vida.

Segundo o autor Ianni (1992) a questão social é uma expressão da desigualdade social que diz respeito na sociedade capitalista, que manifesta à disparidade políticas, culturais e econômicas das classes sociais, qualidade étnica – raciais e também relevadas por relações de gênero e nas formações regionais.

O autor acima descreve que atualmente, a questão social tem um processo de criminalização da pobreza que atinge as classes subalternas, direcionando a questão social com o programa assistencialista para combater esse tipo de pobreza, ou seja, a expressão da violência dos pobres, para assegurar e também reduzir o controle da força aos cidadãos.

Diferentemente, a políticas de Assistência Social deve atuar através de diversas intervenções, como apoio direto, políticas sociais transversais, mobilização comunitária e educação permanente, que busca promover mudanças tanto a nível individual quanto sistêmico para enfrentar os desafios associados à questão social.

Nesse cenário a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fatura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas – na sua maioria silenciada pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico – raciais, religiosas, de gênero, etc.. (LECHNER, 1999, p.11)

Segundo Lechner (1999), o contexto sobre as velhas questões sociais que estão relacionadas ao desenvolvimento da forças produtivas do trabalho social incluindo as relações sociais que crescem, a partir desta desigualdade das lutas no nosso dia a dia, exemplificam-se a necessidade básica dos cidadãos na ontologia do ser por meio do trabalho e das diferenças de gênero.

Ainda na mesma perspectiva, a autora Mota (1995), explica sobre os atendimentos incluindo as necessidades sociais encontrada na privatização das políticas sociais, o que nega o acesso a cidadania, pois é uma atividade que expressa às circunstâncias de compra e venda de mercadorias, sejam nestas condições do consumidor, em que muitas pessoas julgam a qualidade do produto principalmente do serviço prestado.

Os assistentes sociais trabalham dentro das inúmeras expressões da questão social para buscar melhoraria da qualidade de vida para a população e também informando sobre seus direitos sociais pelo “acesso”. Situa-se que estas necessidades sociais podem ser ocasionadas tanto á saúde, educação, habitação e assistência social, entre outros.

Segundo a autora Paol (1999), Posicionar-se que a questão social no âmbito do Serviço Social, carrega uma ação profissional importante nesta divisão da sociedade em classes, pois trata da luta pela apropriação da riqueza social que foi reelegida pela questão estrutural nos impactos devastadores sobre o trabalho, como á perda dos padrões social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados na sociedade.

Martins (2012) relata a respeito da questão social, no qual afirma que estar profundamente entrelaçada com a desigualdade social, ocasionando as iniciativas e organizações aplicadas na elaboração de projetos éticos ou políticos destinados para apoiar os mais necessitados e também para buscar por mudanças políticas. O Serviço Social é uma profissão interventiva, ela busca está a cada dia mais próximo de seu usuário nas implementações das políticas sociais.

Diante do exposto reflete que a desigualdade e relacionada à questão social, desenvolvida nas novas relações sociais capitalistas entre os homens, e as lutas pelo poder e principalmente na hegemonia das diferentes classes sociais, pois o Brasil na sua formação sócio histórico e também econômico foi estabelecido pelo uso da violência, do desemprego, do sequestros de lideranças sociais e dos problemas que causam desequilíbrio no clima político e social. Contudo, esses problemas que surgiram em decorrência do desenvolvimento organizacional da sociedade são muitas vezes por causa da carência intelectual e material, no qual todos os indivíduos necessitam e que são fornecidas com um sabor de controle e de submissão.

O Autor Gough (2000), afirma que o termo questão sem o adjetivo social possui várias conotações, com sinônimo de dúvida, interrogação, problemas e pergunta que pode ser entendida como conflito, desavença, contenda e também estão ligadas as dificuldades de ordem racional e conflitos de interesses de opinião.

O Serviço Social é uma profissão interventiva que pauta-se pelo compromisso ético incluindo as orientações, principalmente exercer essa questão de investigação da pesquisa para a solução de problemas, ou seja, usa a teleologia e a análise dialética e histórica para romper com a aparência do fenômeno e buscar a sua essência. Por esse motivo, as questões integrantes de estudos, projetos de intervenção e pesquisa mais nem sempre são questões sociais, por causa disso tem amplo aspecto conhecido, como questões problematizadas, por exemplo, fatos, relações sociais, processos que envolvem pobreza absoluta, violência urbana, desemprego estrutural, mas não conecta com o capital e a sua violência estrutural.

A palavra questão recebeu outro significado, conforme Gough (2000), que são as existências das relações conflituosas entre os interesses antagônicos incluem posição e estrutura social envolvendo as forças políticas, estratégicas nas necessidades e demandas.

Os autores Castel (1998 e 2000) e Rosanvallon (1998)⁶ o Serviço Social conhecido para reassumir as concepções de “questão social” que abrange no sistema capitalista contemporâneo utilizado em um “termo” nova questão social para dar um significado da atual crise no modo de produção.

⁶ Santos, Josiane Soares. **Particularidades da “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2008.

Os autores acima, O Serviço Social brasileiro na virada do século XX para XXI, tem um significado do Serviço Social de “nova” questão social remetendo uma concepção totalmente diferente sobre origem desse fenômeno. As mediações históricas determinantes das expressões da “questão social” tratam-se das preocupações com os lugares destinados presentes

Castel (2000) afirma que essas definições sobre questão social é vinculado nas dificuldades central, a partir da sociedade que se discutir em cima da sua coesão e também procura chamar de risco do mecanismo, de crises cíclicas do capital, no qual se encontra ausente na centralidade indiscutível diante desse debate da questão na “solidariedade”

Castel (1998), argumenta sobre as formas de solidariedade na “sociedade salarial”. É uma discussão que supõe o contexto do desenvolvimento do fordismo clássico, com seus padrões de negociação coletiva e ganhos de produtividade para a classe trabalhadora, o padrão que não chegou a constituir, enquanto estas realidades são das relações entre capital e o trabalho no Brasil.

O autor Netto (1992) ⁷ relata sobre questão social, na atualidade que inúmeros assistentes sociais de campo envolvem especialmente, nas novas gerações profissionais, a partir da investigação da realidade social, no qual está marcada na tradição teórica-política sendo situado na tradição marxista. A expressão da questão social surgiu de um fenômeno da Europa Ocidental na Inglaterra no século XVIII, vem tratando de um fenômeno pauperismo ou “pauperização absoluta” envolvendo a população trabalhadora, as desigualdades entre varias camadas sociais, que veio de muito longe na pauperização de ricos e pobres, essas diferenças de apropriação e fruição de bens sociais.

Portanto, na segunda metade do século XIX, a expressão questão social tem seus critérios sociais de diferentes lugares no espaço ideo-político no pensamento conservador, em outros aspectos as manifestações imediatas da “questão social” são as desigualdades, desemprego, doença, fome, desamparo e penúria.

A partir disso, ficaram qualificadas que a questão social surgiu na Europa no século XIX, a partir das necessidades sociais associadas na pauperização da classe trabalhadora, definido pela disposição capitalista como aumento das taxas de exploração do trabalho, que foram essas necessidades em que problematizaram as

⁷, (Paulo, Netto Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”, Editoração Eletrônica, Brasília, Jan/Jul, 2001).

situações de exploração e a expropriação, menciona principalmente que é o poder de pressão, que permitem os problemas relacionados à pobreza nas condições naturais envolvendo a questão social.

Por essa razão, ficou conhecida de fato questão social particular e histórica, a partir de duas grandes classes contrapostas, proletariado e a burguesia. Sobre este tema, Marx (1985) vai estabelecer na Revolução Industrial, luta de classes, e a burguesia como uma classe dominante.

Conforme Marx (1985), oferece no livro “O Capital” á questão social tem determinado traços próprios e peculiares na relação capital e trabalho, seja na exploração social que causar entre os componentes políticos, históricos e culturais, inclusive é vista que na sociedade a exploração do trabalho pelo capital formada na burguesa criada nas forças produtivas.

A questão social tem uma perspectiva teórico-analítica envolvendo todos os problemas sociais na burguesia que transmitiu traços na sociedade humana e também os marxistas que ressalta essas condições de vida como as massas trabalhadoras, as reduções das taxas de lucros, a ausência de distribuição da riqueza produzida e individualmente apropriada.

Conforme o texto de Guerra (2000)⁸, que trata sobre “A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social” descreve sobre as condições subjetivas voltada na instrumentalidade como um domínio sócio- histórico na profissão no atendimento as demandas objetivas (profissionais e sociais) ou nas condições concretas da profissão no enfrentamento da Questão Social.

As condições objetivas estão relacionadas à produção material da sociedade que são condições postas a partir da realidade material. Por exemplo: a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, a divisão do trabalho, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho.

Entretanto, a condição objetiva e subjetiva ocorre em uma relação social e interpessoal de determinado ponto, a partir da realidade social que vai alterar conforme as demandas do cotidiano profissional, e também do cotidiano das classes sociais onde estão situados os instrumentos para alcançar os objetivos profissionais dos assistentes sociais ocasionando na instrumentalidade das suas ações.

⁸ Guerra, Yolanda, **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**, Cortez, 5ª. Edição, 2007.

Nesse contexto, (Lessa, e Barroco, 1999) ⁹abordar sobre o processo de trabalho que é concebido como uma série de atividades práticas e reflexivas orientadas para alcançar objetivos específicos, os quais dependem da existência, adequação e criação de meios e condições tanto objetivas quanto subjetivas. Os indivíduos utilizam e modificam os meios e condições nas quais o trabalho ocorre, adaptando-os e manipulando-os em seu próprio benefício para alcançar seus objetivos. Isso envolve o controle e a dominação da matéria natural para transformá-la, o que constitui o próprio ato de trabalho.

No entanto, ao transformar a natureza, os seres humanos também se transformam. Eles criam não apenas um mundo material, mas também um mundo espiritual, que inclui consciência, linguagem, hábitos, costumes, modos de operação e valores morais, éticos e civilizacionais, todos essenciais para a realização da práxis.

Marx (1985), tem um pensamento sobre o trabalho e a questão social nos dias de hoje. Conhecida como teoria social, discute que o trabalhador livre vende a sua força de trabalho para suprir com suas necessidades básicas. Entretanto, a mais - valia é uma finalidade da produção, alcançando a força produtiva do capital.

De acordo com o autor citado, a questão social na sociedade é um processo de acumulação e reprodução no sistema capitalista, que vai causando um aumento no capital “trabalho” torna-se mais poderosos e disputados e também relaciona a questão do valor do capital que vai expandindo. A existência do trabalho livre é uma condição que seu trabalho está sendo uma forma capitalista na propriedade, no qual está tornando um trabalhador “pobre virtual”.

Segundo Marx (1980), A questão social está relacionada às expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista, seja no trabalho livre e na força de trabalho que é uma condição necessária para realizar os frutos, aborda também que a questão social é das características étnicas – raciais mediatizadas por relação de gênero.

O Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotada de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias á sua realização objetiva na capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias á sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. (MARX, 1985, p.9)

⁹ Guerra, Yolanda, **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**, Cortez, 5ª. Edição, 2007.

O autor citado relata que, as expressões da desigualdade social na sociedade capitalista incluem as necessidades humanas, sendo um meio de sobrevivência exclui essa riqueza objetiva que são essa realização do trabalho. O Serviço Social usa para análise da realidade um recurso analítico mediante a realidade atual, na questão social, trabalho, na sociedade brasileira nas particularidades regionais e locais, em ajuda seja nos interesses e nestas necessidades e interesses coletivos.

Conforme á observação de práxis, ou seja, é uma ação transformadora dos seres humanos, vai além da mera instrumentalidade. Embora a instrumentalidade seja relevante para o fazer profissional, a práxis requer diversas outras capacidades e propriedades para ser efetiva. A práxis é entendida como o conjunto das formas de objetivação dos seres humanos, incluindo o próprio trabalho, através das quais os seres humanos realizam sua teleologia, ou seja, seu propósito ou finalidade.

Isso significa que os seres humanos têm a capacidade de manipular e modificar as coisas ao seu redor para atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, transformando-as em instrumentos ou meios para alcançar seus objetivos. Assim, a práxis engloba não apenas a atividade laboral, mas também todas as formas de ação humana que visam a uma finalidade, e a instrumentalidade desempenham um papel fundamental neste processo de transformação e realização de propósitos humanos.

Segundo Paulo Netto (1992)¹⁰ aborda sobre a reflexão sobre o significado sócio-histórico da instrumentalidade como condição para o exercício profissional, é importante para resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais, que funcionam como espaços de intervenção profissional. Essas políticas atribuem certas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional.

Conforme o autor descreve o respeito considerado pela natureza compensatória e residual das políticas sociais, como sua expressão técnica, fragmentada e focalizada, desvinculada de conteúdos econômico-político que atendem a influenciar o exercício profissional por meio de dois movimentos que são as políticas sociais interditam aos profissionais uma compreensão concreta, a partir da totalidade, que é uma síntese da articulação de várias esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica).

¹⁰ Guerra, Yolanda, **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**, Cortez, 5ª. Edição, 2007.

Os autores Paulo Netto (1992) e Guerra (1995) tratam que o segundo movimento ressalta que a prática do Serviço Social muitas vezes requer dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, envolvendo a manipulação de variáveis e a busca por soluções pontuais e imediatas. Isso significa que os assistentes sociais frequentemente lidam com situações complexas e urgentes, onde é necessário agir de forma rápida e eficaz para atender às necessidades imediatas dos indivíduos, famílias ou comunidades atendidas.

De acordo (Behring e Moraes, 2008) ¹¹estabelecem que a questão social como um elemento central na formação profissional em Serviço Social, os documentos de 1996 e 1999 enfatizaram que a questão social é o elemento que dá concretude à profissão, sendo sua base de fundação histórico-social na realidade brasileira.

Essas diretrizes indicam que a questão social deve constituir o eixo ordenador do currículo e da formação profissional em Serviço Social. Isso significa que os futuros assistentes sociais devem compreender a questão social como um fenômeno multifacetado, relacionado às desigualdades sociais, à exclusão, à injustiça e às diversas formas de violência presentes na sociedade.

A ABEPSS (1997), recomenda que é importante reconhecer que a questão social é uma inflexão desse processo as condições de vida, a cultura e a riqueza são produzidas e reproduzidas. A produção e reprodução das relações sociais referem-se aos processos pelos quais as estruturas sociais, as normas, os valores e as relações de poder são mantidos e transformados ao longo do tempo.

A autora Behring (1998), relaciona essas formas como a riqueza é produzida e distribuída dentro da sociedade quanto às condições de vida das diferentes classes sociais. Na sociedade burguesa, que surgiu a partir do capitalismo industrial, esses processos de produção e reprodução das relações sociais são fundamentais para entender a dinâmica social.

A questão social como fenômeno social surge como uma consequência das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, incluindo a pobreza, a exploração do trabalho, a exclusão social, entre outros fenômenos. Juntar com o próximo parágrafo.

Portanto, ao falar sobre a produção e reprodução das condições de vida, da cultura e da riqueza, estamos nos referindo à maneira como esses elementos são

¹¹ Iamamoto, Marilda Villela, **Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Edição: CFESS e ABEPSS, Brasília, Novembro de 2008.

moldados e perpetuados pela estrutura social dominante, especialmente durante o período de consolidação do modo de produção capitalista.

Conforme Paulo Netto (1992), a questão social se manifesta em diversas formas, e os sujeitos históricos desenvolvem estratégias para lidar com ela. No entanto, sua origem está na forma como os indivíduos se organizam para produzir em um determinado contexto histórico, e essa questão persiste na esfera da reprodução social e no desenvolvimento das forças produtivas.

Com argumentos muito consistentes e que remetem à relação entre questão social e lei geral da acumulação, após situar sua apreensão histórica pelo pensamento conservador. Chega-se mesmo a dizer, por outro ângulo, que colocar a questão social no centro do projeto de formação profissional seria retomar a idéia de "situação social-problema", tão cara ao Serviço Social tradicional. Dentro disso, esta seria uma proposição paradoxal, diante da orientação teórica adotada pela revisão curricular. – (PAULO NETTO, 2001.p.321).

Conforme Paulo Netto (2001)¹², expressa sobre os argumentos que remetem está questão social e também as Leis gerais da acumulação, a crítica empreendida por Marx (2001) apresenta argumentos sólidos que relacionam a questão social com a lei geral da acumulação, após analisar sua interpretação histórica pelo pensamento conservador. Alguns até argumentam que colocar a questão social como centro do projeto de formação profissional seria uma volta à idéia de "situação social-problema", característica do Serviço Social tradicional. Isso pode ser considerado paradoxal, especialmente considerando a orientação teórica adotada pela revisão curricular.

Os argumentos apresentados destacam a compreensão da questão social como fundamentalmente enraizado na análise marxista da economia política. Desde Marx e Engels, a perspectiva é desvelar a gênese da desigualdade social no capitalismo, visando capacitar sujeitos políticos, especialmente o movimento operário, para superá-la. Este processo, que abrange a configuração da desigualdade e as respostas dos sujeitos a ela, se manifesta de maneira multifacetada na realidade como questão social.

Segundo enfatiza Paulo Netto (2001), a tradição marxista, desde então, tem se esforçado para explicar essa questão, destacando que por trás de suas manifestações concretas que está no processo de acumulação do capital,

¹² Boschetti Ivanete Salete, **Resolução CFESS**, Nº557/2009, 15 de setembro de 2009.

impulsionado pela operação da lei do valor. Isso se reflete, na subsunção do trabalho pelo capital, na crescente desigualdade social, no aumento da pauperização absoluta e relativa, e na luta de classes.

Portanto Behring (2003), retratar sobre os desafios decorrentes ao processo dessa constituição da questão social, foi a partir da Lei Geral da acumulação é conhecer essas faces da questão social no Brasil e as desigualdades relacionada política, economia e cultural.

Promover uma profunda insegurança da existência, com a perspectiva do desemprego estrutural apontada para grandes parcelas dos trabalhadores, a partir das mudanças no mundo do trabalho e da mundialização do capital e da refuncionalização do Estado, donde decorrem a desregulamentação de direitos e o corte dos gastos públicos na área social. (BEHRING, 2003. p.326)

Destaca-se que, o eixo principal da questão social é capaz de expressar os inúmeros modos de produzir e reproduzir no capitalismo contemporâneo, cujo mundo do trabalho tem suas manifestações e expressões concretas dentro da realidade social, as estratégias de seus encontros vinculados as classes sociais e o papel do Estado, principalmente destacando essas políticas sociais através dos direitos sociais nas três dimensões do serviço social, teórico – metodológico ético – político e técnico operativo na inserção do processo de trabalho coletivo.

Paulo Netto (2004), ao articular este debate destaca que o Serviço Social tem sua especialização do trabalho nestas relações sociais na sociedade capitalista que é gerado na “questão social” nas dimensões subjetivas e objetivas dentro das lutas sociais e desigualdades sociais. Por isso, a questão social emerge de forma latente com o advento do processo de industrialização e do desenvolvimento da sociedade, e encontra suas raízes nas relações antagônicas entre capital e trabalho dentro do processo produtivo, desde o surgimento do modo de produção capitalista.

Além disso, estabelecer uma ligação entre o surgimento da questão social e o surgimento da classe trabalhadora, bem como sua inserção no cenário político. Esse momento marca a revelação da contradição fundamental do capitalismo como um modo de produção social em desenvolvimento

Segundo as Autoras ET AL Silva (1988), sendo assinalada por Marx a sua obra “O capital” tem uma fundação da questão social e na Lei Geral da acumulação tornando privada a produção de bens, isto ocorre quando a riqueza cresce para

poucas, no caso para os capitalistas e conseqüentemente, a pobreza para a classe trabalhadora.

A marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento etc. (SILVA. 1998, p.35)

De acordo como as autoras expõem sobre está reestruturação produtiva no Brasil o desemprego dos trabalhadores é vinculado tanto por fatores econômicos como falta de habilitação e trabalho por conta própria (informalidade), sem carteira assinada, desemprego oculto e aberto, quanto por uma gestão equânime que distribua a riqueza produzida para minimização das diversas desigualdades sociais. Neste enfrentamento:

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. (IAMAMOTO, 2009, p.372).

Conforme a autora, os assistentes sociais têm um papel crucial na esfera da formulação e avaliação nas políticas da gestão, planejamento e monitoramento dentro as equipes multiprofissionais estão relacionadas às atividades no controle social, orientação de conselhos de políticas publica na elaboração de projetos, programas e avaliação de políticas.

Portanto, Ratificando esta colocação, sobre os projetos ético político da profissão do Serviço Social tem aprimorado intervenções das necessidades para atender as demandas partindo das defesas da liberdade e justiça social, pela universalidade e pela minimização da focalização das políticas sociais.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...]... A

questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 1997, p.14).

Segundo a autora citada, a questão social ressalta a complexidade do trabalho dos assistentes sociais, ao lidar com as diversas manifestações no cotidiano das pessoas. Outro aspecto importante percebido que envolve lidar com interesses sociais que não pode ser abstraída da realidade social, na qual estão inseridos. O trabalho do assistente social está intrinsecamente ligado à compreensão e à transformação das múltiplas expressões da questão social na vida cotidiana das pessoas e dentre elas as que afetam o gênero feminino.

A violência contra a mulher configurar como uma expressão de questão social, sendo que assim é um campo de intervenção para o assistente social, no qual os profissionais têm o papel fundamental na formulação, execução e gestão de políticas públicas de proteção à mulher no atendimento e na orientação das mulheres em situação de violência e no processo de autonomia destas mulheres. Autoras (BARBOSA; PEREIRA, 2016, p. 2)

Conforme as autoras citadas acima a violência contra a mulher é uma expressão significativa da questão social, pois reflete as desigualdades de gênero e poder na sociedade. Nesse contexto, os assistentes sociais desempenham um papel crucial na formulação, implementação e na gestão de políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres em situação de violência.

Os Assistentes Sociais atuam tanto no atendimento direto para as mulheres, oferecendo apoio emocional, orientação jurídica e encaminhamento para serviços especializados, quanto na promoção da autonomia dessas mulheres, capacitando-as para reconhecerem seus direitos, tomarem decisões autônomas e romperem sobre esses ciclos de violência.

Além disso, os assistentes sociais também têm um papel fundamental na sensibilização da sociedade para o enfrentamento desta mazela social e na desconstrução de padrões culturais que perpetuam a violência de gênero, contribuindo assim para a construção cotidiana de uma sociedade mais justa e igualitária

2.2 Discussões sobre a questão social: violência contra as mulheres

Como já mencionado anteriormente, a violência doméstica contra a mulher surgiu mediante o abuso de autoridade dos homens sobre as mulheres e aflige toda

organização social. Isso porque, ao longo da história da humanidade a mulher teve seus direitos controlados pela lógica patriarcal na qual a violência tem se constituído.

A violência contra a mulher e suas várias configurações como a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial se manifesta de forma heterogênea de acordo com cada cultura, lugar, tempo, mas interligadas por uma cultura patriarcal na qual o homem é o sujeito de maior valor, é quem estabelece as normas sociais e o poder sobre as mulheres. A violência contra a mulher é a expressão engendrada pelo patriarcado, a qual passou a ser naturalizada, embasada em diferenças impostas pelo corpo. (LACERDA, 2014, p.8).

Dentro desta mesma perspectiva, considera-se que historicamente as mulheres viveram subjugadas e inferiorizadas por uma sociedade construída em relações desiguais de poder, alicerçada no campo biológico entre corpos de homens e mulheres, utilizando-se dessas diferenças para subjugar o sexo feminino com base numa estrutura patriarcal construída historicamente, se tornando uma arma de dominação sobre mulheres, trazendo consequências físicas, psicológicas, sociais, econômicas dentre outras.

As Autoras Barbosa e Pereira, (2016 p.3) explicam que a violência doméstica tem diferente maneira que estão relacionadas violência conjugal, ambiente doméstico da convivência familiar e também está vinculado á violência de gênero reforçada por valores patriarcais que atribui o medo, a vergonha, e traumas físicos e psicológicos, sentimentos que são resultados da violência sofrida pela mulher.

No artigo da ¹³Revista de Serviço Social e Sociedade Serv. Soc. Paulo, v. 146(3), apresenta uma análise relevante de gênero, raça e classe e discute impacto social que estabelece no trabalho assalariado voltado aos homens brancos, que os não inseriu da escravidão e do trabalho doméstico. As mulheres brancas também foram tratadas de forma diferente, com menos direitos, sem as mesmas condições que os homens para acesso ao trabalho remunerado, sendo a elas destinado o trabalho doméstico.

Politize¹⁴ (2019), ao tratar do machismo expressa que no estereótipo feminino e masculino está relacionado como devem “ser” e como “agir” de acordo com seu gênero está vinculado com as crenças são atribuídas às pessoas tanto masculinas

¹³ Costa, Cecília Maria Valter, **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo**, Rio de Janeiro, Aprovado: 28/08/2023

¹⁴ Moya, Isabela, **Machismo: você entende mesmo o que significa?** Publicado em: 09/07/2019.

ou femininas, no qual vivencia no sexo feminino serem compreensivas, gentis, dedicadas, por outro lado já os homens serem agressivos, competitivos, decididos.

O conceito de família na origem do patriarcado, na Roma Antiga, apresentou o homem como uma autoridade para todos os membros da família, e o patriarcado desvalorizou a compatibilidade feminina e relegou a mulher ao espaço privado. Em muitas sociedades, o poder era tão grande que o “homem” tinha direito principalmente sobre a vida e a morte dos filhos e da sua esposa. Além de levarem o nome do pai, toda a permissão derivava dele.

Segundo Saffioti (1997), a violência contra mulher ocorreu nas épocas antigas e está presente até os dias atuais, sendo perpetuadas pelos vínculos familiares, cujas mulheres tiveram grandes dificuldades de reconhecer seus direitos e o seu lugar nos espaços privados e públicos. Entretanto, para os homens foi sendo naturalizados os maus tratos, e a mulher manteve-se submissa ao poder do homem, mesmo submetida a ordens e a violência.

Atualmente na sociedade patriarcal, o machismo está presente dentro da família, ou seja, a mulher é submissa a vontade masculina, na visão dos homens as mulheres são responsáveis em fazer tarefas domésticas como cuidar da casa, dos filhos e parte disso o homem “pai” tem uma posição de superioridade na vida dessas mulheres.

O machismo está relacionado ao comportamento de rejeição sobre o gênero masculino afeminado e feminino, têm índices tanto de assédio, abuso ou diferença salarial. O machismo para os homens são pessoas que tem papéis diferentes na sociedade, tornando a mulher inferior e submissa em vários aspectos sociais, físicos e intelectuais.

O fortalecimento ¹⁵do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo encontram-se nas relações econômicas. De acordo com (Federici, 2017, p.145) Essa análise salarial, historicamente destinada aos homens, tem sido um instrumento de submissão das mulheres ao trabalho reprodutivo, perpetuando a dependência econômica feminina. Essa dependência econômica contribui para a imposição às mulheres do trabalho reprodutivo não remunerado, como cuidar da casa e dos filhos, atividades que são essenciais para a reprodução da força de trabalho, mas que muitas vezes são invisibilizadas e desvalorizadas na sociedade.

¹⁵ Costa, Cecília Maria Valter, **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo**, Rio de Janeiro, Aprovado: 28/08/2023

O autor relata sobre os processos históricos ajudaram a construir a "figura da dona de casa" como um ideal feminino e reforçaram a idéia de que o espaço doméstico é o lugar natural das mulheres. Isso acabou reconhecido na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, enquanto os homens são vistos como os provedores financeiros da família.

Essa dinâmica contribui para a reprodução das desigualdades de gênero e para a manutenção do sistema capitalista, uma vez que permite que o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres sustente indiretamente a mão de obra necessária para a produção e reprodução do capital. Assim, é fundamental reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo das mulheres e lutar por políticas que promovam a igualdade de gênero e a redistribuição justa do trabalho doméstico e de cuidado.

Carvalho ET AL., 2012 ¹⁶ Esses autores expressam sobre as desigualdades de gênero que atinge as mulheres independentes da sua religião, cor, idade e condição social, pode ser manifestadas em varias causas como ameaças, humilhação, estupros e assédios, a partir disso ocorrem às manipulações e isolamento dos homens chefe da casa.

Principalmente nestas desigualdades contras as mulheres ocorrem em todos os lugares do país, inclusive na áfrica as mulheres têm uma tradição praticada, que é as mutilações no cliteridectomia (ablação do clitóris) era uma sutura nos lábios da vulva, esse ato as mulheres perdiam sua feminilidade.

A Violência intrafamiliar¹⁷: suas formas e consequências. (Brasil, 2003, 2006) expõe sobre á violência, que é uma espécie de coação que consistente no emprego de força física ou arma de fogo para a obtenção de um resultado, contrário à livre vontade do sujeito passivo, no qual á violência tem diversa modalidade diferente, principalmente o ramo do direito, na esfera penal é também grande os números de crimes que se caracterizam pelo emprego da violência, o feminicídio é um crime que costuma utilizar variadas formas de violação até evoluir.

Os movimentos organizados pelas mulheres conseguiram avanços significativos no campo das políticas públicas, que se refere ao reconhecimento da

¹⁶ Carvalho, Amilton da Cota, ET AL, **A questão social: Violência Contra a Mulher**, Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 1 | n.16 | p. 201-210 | mar. 2012

¹⁷ Lopes, Liliam dos Reis, **Violência Intrafamiliar: Suas Formas e Consequências**, Ano 10/05/2021

sua dignidade humana e dos seus direitos, e também avanços substanciais na legislação na luta contra a violência de gênero com a criação da Lei 11.340/2006, também chamada Lei Maria da Penha, que trata, em linhas gerais, do aumento do rigor das punições às agressões contra as mulheres no âmbito doméstico ou familiar, possibilitando a figura do “flagrante” e que a prisão preventiva seja decretada, além de aumentar as penas e outras medidas protetoras.

A Lei¹⁸ Maria da Penha é importante mencionar essas diversas formas e ciclos de violência, esse site que determinar medidas de proteção as mulheres que sofrem algum tipo de violência. A lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) surgiu em homenagem á biofarmacêutica cearense conhecida como Maria da Penha Maia Fernandes, após ter sofrido tentativas de homicídio pelo seu antigo marido Marcos Antonio Heredia Viveiros a partir disso, criação da lei contribuiu para uma diminuição desse sofrimento mundial, serviu de inspiração para outras mulheres a denunciar e buscar um apoio e lutas pelos seus direitos.

A lei citada anteriormente também estabelece diretrizes para que o Estado, nas suas diversas instâncias, se organize para mudar o quadro anterior de sofrimento, adoecimento e desigualdade. Uma vez que se compreende que a violência contra a mulher pode acontecer de várias formas e não somente por meio de agressão física mais também por abusos psicológicos como menosprezo, intimidações e humilhações constantes, coerção sexual, comportamentos de controle, como por exemplo, proibição de contato com a família e amigos, usar os filhos para fazer chantagem, vigilância constante e restrição de acesso e recursos variados. (Santos, 2018)

Na Legislação ¹⁹Presidência da Republica. A Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha surgiu no dia 07 de agosto de 2006 com o objetivo de:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASÍLIA, 2006, p.1)

¹⁸ CAMPOS, Tiago Soares. "**Maria da Penha**"; Brasil Escola.

¹⁹ SILVA, Luiz Inácio Lula da, **Presidência da República**, Lei nº 11.340, 7 de Agosto de 2006.

Conforme o Instituto Maria da Penha (IMP), a violência doméstica no Brasil pode assumir vários aspectos que afeta qualquer pessoa independentemente da sua cor, etnia, classe social ou *status* econômico. Essa violência tem uma evolução histórica e freqüentemente praticada por namorados, maridos ou ex-companheiros. Como resultados disso, as mulheres podem sofrer diversos tipos de violência, incluindo física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Essa diversidade da violência destaca a complexidade e a gravidade desse problema social, que requer uma resposta abrangente e eficaz por parte da sociedade e do Estado.

O Instituto Maria da Penha (IMP) ²⁰ tem um papel crucial que estimula e contribui para propósito de reparação de tantos anos ocasionado no Estado Brasileiro na punição aos agressores, também representar um acesso á justiça para garantir os direitos de muitas mulheres que sofrem violência seja sexual, física, moral, patriarcal e psicológica no País.

Quadro nº 1

Violência Sexual	É qualquer atitude que constranja uma mulher a manter ou participar de uma relação sexual não desejada por meio de intimidação, ameaça coerção ou uso da força. Isso pode incluir atos como estupro, forçar o casamento, a gravidez ou a prostituição por meio de coerção, impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a interromper uma gravidez. Essa forma de violência é uma violação grave dos direitos humanos e pode ter consequências físicas, emocionais e psicológicas devastadoras para as vítimas.
------------------	---

²⁰ Barbosa, Regina Célia Almeida Silva, ET AL, **O Instituto Maria da Penha**, Fundado em 2009.

Violência Física	Qualquer ação que prejudique a integridade ou saúde corporal da mulher. Pode incluir lesões causadas por objetos cortantes ou perfurantes, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, ferimentos provocados por queimaduras ou armas de fogo, além de formas mais graves de violência, como tortura e espancamento. É essencial reconhecer e denunciar essas formas de violência para garantir a segurança e proteção das vítimas.
Violência Moral	Consiste em qualquer ação que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher. Essa forma de violência é complexa e pode se manifestar de diversas maneiras, incluindo fazer críticas mentirosas, acusar a mulher de traição, expor sua vida íntima e desvalorizá-la com base em seu modo de se vestir.
Violência Patrimonial	Qualquer ação que envolva retenção, subtração ou destruição parcial ou total dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos da mulher, incluindo recursos econômicos destinados a satisfazer suas necessidades básicas. Pode incluir o controle sobre os bens da mulher, como roupas e carro, proibição de trabalhar em determinados empregos, controle sobre o dinheiro e até mesmo o uso do cartão de crédito sem o conhecimento

	ou consentimento dela.
Violência Psicológica	Causada por danos emocionais como autoestima, comportamentos, decisões e crenças podendo afetar gravemente as manipulações, ameaças, humilhação, constrangimento, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, exploração ou limitação do direito de ir e vir da mulher, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica.

Fonte: Tipologias das Violências, criação própria, 2024.

Nota-se que os casos de violência doméstica contra a mulher ganham mais notoriedade, por exemplo, o da violência física por ser um tipo de agressão de fácil identificação, uma vez que a mulher vítima dessa violência fica ainda mais exposta em consequência das marcas que o agressor faz em seu corpo, no entanto, segundo a lei Maria da Penha, toda conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher no ambiente familiar é considerado violência, visto que “dependendo da gravidade da agressão como na violência psicológica, a mulher pode ficar com marcas profundas e permanentes, ficando muitas das vezes impossibilitada e também podem vir a óbito (GUERREIRO et. al. (2018, p. 146-147).

Outra inovação da Lei 7/2016 é de incluir o direito a atendimento policial especializado e ininterrupto, realizado preferencialmente por profissionais do sexo feminino. O texto também reforça a necessidade de que os estados e o Distrito Federal priorizem, no âmbito de suas políticas públicas, a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher entre outros aspectos.

No entanto, a efetivação dessas conquistas ainda se apresenta como um dos principais desafios para as mulheres brasileiras. É urgente que haja a implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência em todo o país, com estruturação e ampliação das atividades dos órgãos especializados, e ainda

com medidas que passem não somente pelo âmbito criminal, como também por toda ordem social, econômica e educacional do país.

A Instituição Maria da Penha (IMP) exemplifica os ciclos de violência contra as mulheres.

Quadro nº 2

Fase 1- O início do aumento da tensão.	No primeiro momento o agressor mostra angustiado e irritado, chegando a ter muita raiva e acabar humilhando e quebrando alguns objetos da casa. Ocorre que diversas vítimas tentam negar que está passando por essa situação dentro de casa ou muitas vezes, agredida que fez algo de errado para justificar o comportamento violento do companheiro.
Fase 2 - Ocasionalizada no Ato de violência	O agressor começa ter um comportamento controlar, está fase inicial manipular causando sofrimento psicológico às mulheres começam a ter sintomas de ansiedade, pena de si mesmo, vergonha, confusão, a partir disso está vinculada às violências físico moral e patrimonial.
Fase 3 - O arrependimento e comportamento carinhoso	Esta relacionada ao arrependimento e comportamento carinhoso, seja na lua de mel quando uma mulher se sente confusa com relacionamento, principalmente quando o casal tem filhos, porém o agressor dizer que “vai mudar” ocorre que acaba perdendo suas atitudes

Fonte: Tipologias dos ciclos de violências, criação própria, 2024.

Neste tópico abordamos sobre a violência contra as mulheres e suas causas sendo elas: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral, podem acontecer com qualquer mulher independente da sua escolaridade, raça etnia acontece principalmente em três fases, o início do aumento da tensão, Ocasional no Ato de violência e o arrependimento e comportamento carinhoso.

Conforme esses casos aumentaram muito índice de feminicídio poderá acontecer em qualquer cidade ou país, por isso tão importante Lei Maria da Penha Lei 11.340/2006, que surgiu para proteger essas mulheres de qualquer agressão física e verbal.

No Capítulo 2.3 abordaremos as principais causas e fatores de risco associados à violência contra as mulheres, sua relação com a Pandemia da COVID - 19 como um estopim que desencadeou a violência das relações interpessoais familiares.

2.3 Identificação das principais causas e fatores de risco associados à violência

Na Organização Pan-Americana da Saúde ²¹ (OPAS) A violência contra as mulheres em 2005, inicia retratando sobre violência contra mulher e suas formas ocasionado nesses impactos mentais, no qual as mulheres vêm sofrer no relacionamento que acaba adquirindo um problema ao bem-estar físico e principalmente na nessa época de pandemia do COVID-19 aumentaram muito a vulnerabilidade dessas mulheres.

A violência contra as mulheres continua sendo um problema global tão grave, afetando várias mulheres no Brasil de todas as idades. Os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) ressaltam esse alarmante problema e a necessidade para prevenir e responder a esses tipos de violência. A violência começa tão cedo na vida das mulheres, colidir não apenas seu bem-estar físico e mental, mas também restringindo suas liberdades e oportunidades.

Silva e Tavares (2017, p.1) apontam que a violência contra mulher produz efeito concreto no cotidiano das mesmas na integridade física, moral e psicológica face às relações intrafamiliares a qual está inserida

²¹ Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), **Violência contra as mulheres**, Ano 2005.

A violência contra as mulheres é um complexo social que produz efeitos concretos na vida das mulheres, isto é, possui uma existência real e deve ser analisada a partir de sua concreticidade sócio-histórica. O seu impacto está intimamente relacionado aos danos à saúde, sociais, às relações de trabalho, autonomia e emancipação das mulheres, compreendendo-a como um fenômeno multicausal, produto de uma sociabilidade excludente e desigual, amparada por complexas relações de poderes: gênero, patriarcal, machista, racista e capitalista que adquirem particularidades em determinados contextos sociais e sujeitos que a vivenciam. (SILVA; TAVARES, 2017, p.1).

Conforme o autor citado descreve, a violência contra as mulheres executa vários sintomas no cotidiano sejam psicológica, física, moral afetando inclusive as relações intrafamiliares, está situação muito complexa causando danos sociais, saúde, trabalho e autonomia.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) conhecido Tedros Adhanon fez uma observação crucial ao destacar que a violência contra as mulheres na pandemia de COVID-19 ampliou essa crise, destacando ainda mais a necessidade urgente de abordar essa questão.

Os números revelados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a violência praticada por parceiros e por outros agressores e refletem uma epidemia global que é praticada e conectada pela violação dos direitos humanos das mulheres. O acontecimento da violência praticada por parceiros é muito comum

A construção sociocultural do universo feminino submisso legitimou, por muito tempo, a imagem negativa da imperfeição presente nas mulheres. Ao longo dos séculos, a ideia da mulher como sexo fraco, submisso e imperfeito está introjetada no imaginário social, o que ainda hoje traduz profundos efeitos na configuração do campo da assistência à saúde e da violência (FONSECA, et. al., 2009; LACERDA, 2014).

O abuso sexual é preocupante, pois sugere que os números divulgados podem subestimar a verdadeira extensão do problema. Isso destaca a importância de criar ambientes seguros para apoiar todas as vítimas principalmente buscar denunciar esses abusos que vem sofrendo ou já aconteceram.

A luta contra a violência contra as mulheres requer uma abordagem multifacetada, que envolve não apenas a implementação de leis e políticas eficazes, mas também mudanças culturais profundas que promovam a igualdade de gênero, o respeito mútuo e relacionamentos saudáveis.

O impacto devastador da pandemia de COVID-19 na violência contra mulheres e meninas é alarmante, pois as medidas de isolamento e lockdown

impostas para conter a divulgação do vírus geraram condições vulneráveis para as mulheres ao mesmo tempo em que limitaram seu acesso a serviços.

A Pandemia aconteceu em 2019, foi uma infecção respiratória causada pelo vírus SARS-COV-2, que afetou nosso sistema respiratório causando cansaço, febre, tosse e dores pelo corpo principalmente dificuldade de respirar. Vale destacar que não existia remédio específico para tratar o Covid-19, onde o primeiro caso foi na china cidade Wuhan, alastrou na Índia, Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Itália, Reino Unido, Rússia e Brasil.

Levando em consideração as ocorrências por localidade, os Estados Unidos são o país com o maior número de mortes de toda a pandemia de covid-19. Foram 1.082.265 óbitos, o equivalente a 16,2% do total de mortes registradas no mundo. O Brasil vem logo na sequência, com 693.853 mortes, segundo a OMS, ou 693.981, de acordo com as informações atualizadas do Ministério da Saúde em 02/01/2023. A letalidade da covid-19 no Brasil é de 1,9%". (GUITARRARA, PALOMA. p.1)

É preocupante observar que as mulheres jovens, especialmente aquelas na faixa etária de 15 a 49 anos, estão enfrentando está violência, especialmente considerando que muitas podem ser jovens e mães. Esse aumento na violência durante a pandemia apenas mostra essa grave situação e a necessidade urgente de ações para enfrentar esse problema pauta.

A diretora executiva da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka (2015), ressaltou a importância dos governos tomarem medidas proativas para abordar a violência contra as mulheres e de envolver as próprias mulheres no desenvolvimento e a implementação dessas medidas.

Cultura e raízes da violência contra as mulheres abordar sobre prevenção e reconhecimento, a partir disso tem varias formas impactantes da gravidade da violência contra as mulheres. Desde o assédio cotidiano até crimes hediondos como o feminicídio, as mulheres enfrentam essas violências em todo o mundo. Cada uma dessas formas de violência representa uma violação dos direitos humanos e pode deixar cicatrizes físicas, emocionais e psicológicas duradouras.

Nesta mesma perspectiva Moura, Melo e Figueiredo (2018) apontam que a violência, seja ela física ou não, desencadeia inúmeras consequências para a vida da vítima.

A violência doméstica desencadeia inúmeras consequências, seja simbólica ou por meio de uma ação com uso da força física, é realizada por outrem com a finalidade de submeter o indivíduo e a liberdade do outro para obter

vantagens próprias, mesmo que isso cause danos irreversíveis à vítima, como é o caso da violência moral e psicológica, que fere a dignidade dessas mulheres. O impacto dessa realidade afeta desde a percepção da mulher sobre si mesma, algo que se reflete nos seus sentimentos de insegurança e impotência, até suas relações com o meio social. (MOURA, MELO; FIGUEIREDO. 2018, p. 04)

Compreende-se, portanto, que os impactos relacionados a situações de violência interferem de maneira significativa na vida da mulher, causando-lhe danos em diversos aspectos da vida que podem ser prolongados durante muito tempo, conforme apresentaram os autores citados anteriormente.

A violência contra as mulheres não é apenas um problema individual, mas sim um reflexo de desigualdades de gênero e principalmente relacionado o poder masculino em nossa sociedade. Essas formas de violência são freqüentemente utilizadas como ferramentas para exercer controle, dominação e subjugação sobre as mulheres, sendo ciclos de discriminação e opressão.

Para combater a violência contra as mulheres, é essencial abordar não apenas nos sintomas visíveis, mas também as causas incluindo normas sociais prejudiciais, desigualdades estruturais requer um compromisso coletivo de mudar atitudes culturais, fortalecer as leis e políticas de proteção das mulheres e promover uma cultura de respeito, igualdade e não violência em todas as esferas da sociedade.

O Mundo da educação,²² Durante a pandemia do Covid-19 em 2020 foi registrado 479 casos de feminicídios entre março e agosto deste ano, esses números são preocupantes, ocasionando á violência contra as mulheres no Brasil, destacam-se entre essas urgências e principalmente á gravidade desse problema os estupros, feminicídios e outras formas de violência de gênero.

A criação da Lei do Feminicídio n. 13.104/2015 e da Lei Maria da Penha n.11.340/2006 foram passos importantes na luta contra a violência de gênero no Brasil. Essas leis representam um reconhecimento legal da gravidade e da especificidade da violência contra as mulheres, como um compromisso de punir os agressores e proteger as vítimas.

No entanto, como os dados mostram, ainda há muito a ser feito para prevenir e combater a violência contra as mulheres. O aumento dos casos durante a pandemia de COVID-19 é especialmente preocupante e destaca a necessidade de

²² Porfírio, Francisco, **Violência contra a mulher**

políticas e programas que abordem não apenas as formas mais visíveis de violência, mas também suas causas subjacentes, como desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Além do fortalecimento da aplicação da lei e do acesso à justiça para as vítimas, é crucial investir em educação, conscientização e mudança cultural para promover a igualdade de gênero e prevenir a violência desde cedo. Também é importante garantir que haja recursos adequados para serviços de apoio e proteção às vítimas, como medidas para denunciar os agressores e prevenir a volta com esses agressores.

A violência contra as mulheres requer um esforço coletivo e coordenado de toda a sociedade, incluindo governos, instituições, organizações da sociedade civil e indivíduos. Só assim podemos construir um Brasil onde todas as mulheres possam viver livres de medo e violência.

3 PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIANTE DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO ESPECIAL

Neste tópico abordaremos: A Política de Proteção Social Especial, que inclui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), qual desempenha um papel fundamental na atenção às mulheres vítimas de violências. O CREAS é um equipamento sócio-assistencial responsável por oferecer atendimento especializado e integral às pessoas e famílias em situação de violência e violação de direitos.

3.1 Contextualização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus princípios norteadores, como a universalidade, equidade e integralidade

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS procurar essas demandas presentes na sociedade, a partir dos monitoramentos, informações e avaliação, que traz o reconhecimento das demandas setoriais e segmentadas considerando as desigualdades socioterritorial. .

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 é uma importante referência para o trabalho dos assistentes sociais na atenção às mulheres vítimas de violências. Ela estabelece diretrizes e princípios norteadores para a organização e oferta dos serviços sócio-assistenciais no Brasil, visando garantir o acesso universal e igualitário a esses serviços, com ênfase na proteção social e no enfrentamento das desigualdades sociais (Brasil, 2014).

No que diz respeito à atenção às mulheres vítimas de violências, a PNAS reconhece a violência de gênero como uma violação de direitos humanos e destaca a necessidade de desenvolver ações específicas para prevenção, acolhimento e acompanhamento dessas mulheres. Além disso, a política reforça a importância da articulação entre os diversos órgãos e instituições responsáveis pela promoção dos direitos das mulheres, como as Delegacias de Polícia, os Centros de Referência e os serviços de saúde.

Dentre as diretrizes e princípios da PNAS relacionados à atenção às mulheres vítimas de violências, destacam-se a proteção social; o atendimento integral e humanizado; a intersetorialidade das ações públicas; o fortalecimento da autonomia

das mulheres vítimas de violências e a importância no enfrentamento as opressões de gêneros para o entendimento que as mulheres são dignas de respeito.

A Política Nacional de Assistência Social estabelece a proteção social como um dos principais objetivos da assistência social, visando garantir a segurança, a dignidade e o respeito às mulheres em situação de violência. A política ressalta a importância do acolhimento humanizado e do atendimento integral às mulheres em situação de violência, considerando suas demandas específicas e promovendo a escuta qualificada.

A PNAS defende a necessidade de articulação entre diferentes setores e políticas públicas, como saúde, educação, segurança pública e justiça, para a construção de uma rede de proteção efetiva e integrada. A política busca promover a autonomia das mulheres vítimas de violências, por meio do acesso a informações, apoio psicossocial, orientação jurídica e encaminhamento para serviços especializados.

A PNAS reconhece a importância de enfrentar as desigualdades de gênero como forma de prevenir e combater a violência contra as mulheres, buscando promover a equidade e a igualdade de direitos. Com base na PNAS, os assistentes sociais têm o papel de atuar de forma articulada com outros profissionais e instituições, desenvolvendo ações de identificação, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento das mulheres em situação de violência, com enfoque na garantia de seus direitos e na promoção de sua autonomia e empoderamento.

É importante ressaltar que, desde a elaboração da PNAS em 2004, ocorreram atualizações e avanços nas políticas públicas relacionadas à violência contra as mulheres, como a criação da Lei Maria da Penha (2006) e a instituição da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011).

Essas legislações e políticas complementam a PNAS e reforçam o compromisso do Estado brasileiro em enfrentar a violência contra as mulheres. Incluído no debate, diversos profissionais, dentre estes profissionais, estão os Assistentes sociais, que tem um papel fundamental no enfrentamento dessa problemática.

No caso da Assistência Social destaca a Política Nacional de Assistência Social situa essa criação de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conforme SUAS que foi constituído para serviços, projetos, programas e benefícios

como modo de gestão compartilhada para instalar, expandir as ações dos assistentes sociais.

Segundo CFESS, destaca que o SUAS no enfrentamento de vários desafios, e reafirmar assistência social e como política de seguridade social, democratização dos conselheiros, apoio à representação dos usuários e a participação dos debates sobre SUAS, CRAS e CREAS, nesta elaboração de diagnóstico de vulnerabilidade.

A institucionalização dos indivíduos é fundamental nesse trabalho entre CRAS – CREAS por que essas famílias muitas vezes já foram atendidas em uma dessas unidades públicas da política de Assistência Social são voltados para a atenção às famílias deverão ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias do Município, através do Centro de Referência da Assistência Social Especializado.

Os serviços de projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais (ONG) promovem suas atividades através do voluntariado e são encontradas em setores como as políticas públicas, defesa do meio ambiente, saúde, educação, dentro dessa assistência social, integrando a rede sócio-assistencial que constituída por um conjunto na política social de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados diretamente ao cidadão.

No âmbito do atendimento às mulheres vítimas de violências, o CREAS desempenha as atribuições de acolhimento e escuta qualificada; orientação e informação; atendimento psicossocial; desenvolvem as medidas protetivas e fazem encaminhamentos ao sistema de justiça, além da articulação intersetorial.

Proteção Social Especial é um valor destinado ao atendimento às famílias e/ou indivíduos em situação de risco social e pessoal corresponde aos Pisos de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Cada um desses níveis será co-financiado por meio de dois pisos, que são Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade: para manutenção

Atendimentos prestados no Centro de Referência Profissional da Assistência Social cuidar de famílias, familiares e pessoas desprivilegiadas ou violações sem quebrar laços familiares e comunitários. É serviço cobertura maior que a previdência básica, deve manter relacionamentos de referência e referência anterior com eles. Neste nível de proteção, também é considerada a assistência, que fornecer informações específicas na cotação solicitada, bem como a manutenção do serviço

avaliações de redes atualmente financiadas apontam para sua comunicação nesse nível Proteção social especial de média complexidade conforme definido na PNAS/2004 (Brasil, 2014). Neste nível

Dois tipos de pisos foram construídos: O CREAS tem como objetivo acolher de forma humanizada as mulheres em situação de violência, oferecendo um espaço seguro para que possam expressar suas vivências e demandas. A escuta qualificada realizada pelos profissionais do CREAS permite compreender a complexidade da situação e traçar estratégias de intervenção adequadas.

Além disso, o CREAS também é responsável por fornecer orientações e informações às mulheres sobre seus direitos, os recursos disponíveis na rede de proteção e as medidas de proteção legal existentes. Como por exemplo, por orientar e apoiar as mulheres na busca por medidas protetivas, como a solicitação de medidas judiciais de proteção, quando necessário.

Além disso, o CREAS realiza encaminhamentos para serviços e recursos da rede de proteção, como abrigos, serviços de saúde, assistência jurídica e outros. É também atribuição do CREAS promover articulação com outros órgãos e instituições, como Delegacias de Polícia, Ministério Público, Centros de Referência em Saúde da Mulher, entre outros, a fim de fortalecer a rede de proteção e garantir uma abordagem integrada no atendimento às mulheres em situação de violência.

O CREAS conta com profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, que oferecem atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência. Esse atendimento visa fortalecer a saúde emocional e mental das mulheres, ajudando-as a lidar com as consequências da violência e a desenvolver estratégias de enfrentamento. Isso contribui para empoderar as mulheres, fornecendo-lhes informações necessárias para tomar decisões informadas sobre seu bem-estar e segurança

A Política de Proteção Social Especial, por meio do CREAS, busca garantir a proteção e a promoção dos direitos das mulheres em situação de violência, visando romper com o ciclo de violência e promover sua autonomia e empoderamento. A atuação do CREAS é pautada pelo respeito à diversidade, pela igualdade de gênero e pela defesa dos direitos humanos das mulheres.

3.2 Apresentações da Política de Proteção Especial como uma das modalidades de atendimento previstas na PNAS

A violência doméstica como questão social pode ser percebida ao longo do tempo e envolve um debate de diversos setores da sociedade na busca por soluções desta problemática, conforme já debatido anteriormente.

A literatura apresenta a profissão do assistente social como sendo uma profissão interventiva que teve sua construção social inserida na divisão socio técnica do trabalho. Dessa maneira, compreende-se que a tarefa do assistente social é de “responder com competência às demandas sociais apresentadas no seu cotidiano profissional, pois a natureza interventiva da profissão exige dos profissionais a utilização de instrumentos e técnicas articulados com as dimensões teórica, ética e política (Santos, 2018, p. 6).

Os Assistentes Sociais desempenham atribuições específicas na atenção às mulheres vítimas de violências, contribuindo para o enfrentamento dessas situações e para a garantia de seus direitos. De acordo com as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social:

A oferta de trabalho social no CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com os profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautadas na ética e no respeito à autonomia e a dignidade dos sujeitos. (CREAS, 2011, p.28).

Ainda de acordo com o autor citado anteriormente, o trabalho social dentro do CREAS tem diversas metodologias e técnicas necessárias para intervenção profissional é uma abordagem individual, com um objetivo de atuar em varias causas ou problemas entra as três dimensões teórico- metodológico ético- político, técnico-operativo.

As atribuições privativas do Assistente Social devem estar de acordo com a legislação e as regulamentações específicas de cada âmbito de trabalho. O Código de Ética do Assistente Social²³, pois é nele que se está definido as atribuições privativas da profissão.

²³Brasil. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título

De acordo com Cruz (2020, p. 231), “o Serviço Social constitui espaço estratégico para a construção e viabilização das políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres”. Diante disso, compreende-se que o conhecimento dessa temática é de suma importância para o Assistente Social, uma vez que:

[...] é ele que vai mediar e intervir através de informação e da orientação à essas mulheres que são vítimas de violência e têm seus direitos violados. É esse profissional que busca com uma equipe multidisciplinar um atendimento mais humanizado e efetivo para as mulheres que sofrem violência doméstica [...] (PEREIRA, 2019, p. 262).

Ainda de acordo com a autora citada anteriormente, infere-se que no exercício profissional, o Assistente Social junto com mulheres em situação de violência, deve proporcionar uma reflexão crítica sobre a problemática vivenciada, buscando construir em conjunto com as mesmas, alternativas para que ela possa se desvincular dessa situação de violência. O trabalho deste profissional é fundamental para que tais mulheres possam se aperceber-se mais fortalecidas para superar o ciclo de violência vivenciada.

Assim, afirma-se que o Assistente Social exerce um papel essencial, uma vez que o mesmo atua não apenas quanto a orientação das vítimas, sua atuação está também na articulação dos serviços essenciais para o atendimento dessas mulheres, a ainda na responsabilização dos seus atores. Uma vez que, a lei nº 8.662/93 que dispõe sobre a profissão do assistente social prediz que a missão do profissional de serviço social está intimamente relacionada com o compromisso de defender e garantir os direitos sociais da população, intencionando o fortalecimento da democracia.

Para Guerreiro et. al. (2020), o assistente social é parte fundamental no trabalho de prevenção e combate à violência contra mulher, seu saber técnico a respeito das variadas formas de violação de direitos, seja ela violação de integridade física, psicológica e/ou jurídica possibilita o atendimento e orientação desta mulher vítima de violência.

Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, o comprometimento do assistente social com a liberdade e a justiça trabalha para “promover a conquista de políticas e leis direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher de todos os tipos e em todos os setores sociais”.

Assim sendo, considerando o exposto acima, infere-se que o Assistente Social possui papel significativo no enfrentamento desta problemática, uma vez que o projeto ético-político profissional do Assistente Social tem como objetivo a ampliação da liberdade individual e coletiva, emancipação do indivíduo, defesa de direitos, acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática, articulação com outros profissionais, bem como a promoção de autonomias (Barroco, 2001).

Nesta perspectiva Cruz (2020), aponta que, sendo o Serviço Social uma profissão onde predominantemente feminina a dimensão que é um dos componentes fundamentais quando se trata da identidade profissional, portanto debater sobre a temática está intimamente relacionado. Considera-se que há uma relação íntima relação entre as pautas feministas e o projeto ético-político profissional, especialmente na radicalização da democracia, em termos de contestação às práticas e valores conservadores e na luta por liberdade.

O Serviço Social enquanto profissão interventiva, que atua sobre a realidade social, e está inserida nas relações sociais, desempenhando um papel importante na efetivação das políticas públicas e serviços sociais, atua desenvolvendo ações, estudos e pesquisas em relação às questões sociais do campo jurídico, com a finalidade de oferecer contribuições que venham respaldar as ações judiciais, tendo a sua atuação também voltada para a violência contra mulher nos serviços de atendimento as mulheres em situação de violência. (SANTOS, 2018, p.2).

Portanto, conforme Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011) considera-se que algumas das principais atribuições dos Assistentes Sociais nesse contexto são: acolhimento e escuta qualificada; avaliação e diagnóstico social; orientações e informações diversas; elaboração de planos de intervenções diante da realidade apresentada, elaborar planos de intervenções; acompanhar e monitorar o desenvolvimento dessas mulheres que sofreram violências, articularem a rede de proteção social e lutar pelas defesas intransigentes dos direitos das mulheres de todas as raças.

Isso porque, os Assistentes Sociais têm a responsabilidade de acolher as mulheres vítimas de violências de forma humanizada e empática, oferecendo um espaço seguro para que possam expressar suas vivências e necessidades. A escuta qualificada é fundamental para compreender a situação e promover ações adequadas de intervenção.

Os Assistentes Sociais realizam a avaliação da situação social²⁴ das mulheres, considerando fatores como vulnerabilidades, redes de apoio, riscos e potencialidades. Esse diagnóstico é importante para subsidiar a elaboração de estratégias de intervenção e de encaminhamentos adequados (CFESS, 2012).

Dessa maneira, compreende-se que os Assistentes Sociais têm o papel de fornecer orientações e informações às mulheres sobre seus direitos, serviços disponíveis na rede de proteção, recursos legais e possíveis encaminhamentos. Essa ação contribui para empoderar as mulheres, capacitando-as a tomar decisões informadas sobre sua segurança e bem-estar.

Assim sendo, infere-se que assistente social tem um papel significativo para o enfrentamento da violência contra mulher, no entanto, deve-se considerar que este contexto exige das (os) assistentes sociais habilidades que precisam ser aperfeiçoadas continuamente, dentre essas habilidades destaca-se a capacidade de diálogo com setores e instituições distintas, pois o trabalho deste requer articulação em rede, conforme será abordado no próximo item deste trabalho.

3.3 Explorações das ações e serviços oferecidos pela Proteção Especial no contexto da violência contra a mulher

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) trabalha com consultas públicas em todos os estados brasileiro e as avaliações constantes dentro dos conselheiros, gestores, estudos e também as pesquisas aprimorando a política de assistência social ofertadas nas demandas da sociedade civil.

Conforme a vulnerabilidade e riscos das famílias e indivíduos têm diferentes ações, serviços, programas e projetos estejam relacionados à realidade de cada indivíduo, na qual ocorre com algumas famílias precisarem de orientações, apoio ou acompanhamento posteriormente porque seus direitos foram violados ou situação de risco.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) têm diferentes estratégias de atendimento, através das ações e equipamentos públicos no município e dos

²⁴Brasil. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas "Atualizado em 13.3.1993, com alterações intraduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título

Distritos Federais. Dentro dessas instituições municipais o CRAS e CREAS são espaços públicos que se materializam nas ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, com a organização e concepção do trabalho social com famílias.

A Proteção social básica no sistema único de assistência social tem todo um planejamento, uma ação para executar as situações de riscos pessoais ou sociais dentro da vulnerabilidade da população, através das equipes profissionais. Esse trabalho tem que está apresentado diretamente pelas famílias, com isso possível oferecermos um acolhimento uma direção para essas famílias que tem seus acessos precários, exposição da discriminação e violências variadas.

Dentro Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é ofertado os serviços de proteção e atendimento Integral á família (PAIF) é a primeira comunicação com os indivíduos ou familiares tento essa atividade de socialização e convívio para informar e comunicar esses direitos.

Serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) esse serviço é um espaço que as famílias buscam expressar suas dificuldades e vulnerabilidade enfrentadas dentro do contexto familiar, que também possuiu um trabalho proativo e preventivo.

Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio são para pessoas com Deficiência e Idoso está ligado PAIF com um objetivo para oferecer as pessoas com deficiência e idosos um fortalecimento a toda família sobre os direitos e orientações facilitando o acesso ao sistema de Proteção Social. Benefício de Prestação Continuada (BPC) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) paras os idosos a fazer outras; atividades. Esses benefícios são para família com salário mínimo de $\frac{1}{4}$ partir de 65 anos e para pessoas com deficiência com capacidade de trabalho ou e também tem benefícios eventuais é para suprir as necessidades surgidas, por exemplo, necessidade nascimento ou morte de bebe, atender situações de mortes no membro da família como despesas de velório e etc.

As Médias Complexidades trabalham com Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem como apoiar e acompanhamento seja na orientação a famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça ou violação de direitos para restaurar e fortalecer os vínculos familiares, prevenindo a reincidência de violações.

Serviço Especializado em Abordagem Social, identificado em situações de direitos violados como trabalho infantil, exploração sexual de criança e adolescente, abuso e principalmente indivíduos em situação de rua.

Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) retratarem sobre um acompanhamento e atenção aos adolescentes e jovens que tem medidas determinadas judicialmente, a partir disso tem que elaborar um plano individual para esse atendimento.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, quando tratar de alguma violação de direitos que comprometer a autonomia social e pessoal, daquele idoso ou deficiente. Esse tipo de violação de direitos, sendo um desenvolvimento social ou pessoal, procurar fortalecer esses direitos com as famílias e também na prevenção do abrigo, principalmente contribui para o acesso as programas e benefícios exemplificando o Benefício de Prestação Continua (BPC).

Na Alta complexidade, O Serviço Social por meio da Política de Assistência Social atende pessoas (sejam crianças, adolescentes ou adultos) em situação de ameaça ou sem referência social e que demandam intervenções e mediações por alimentação, moradia segura e condições dignas para higiene.

Todos os tipos de acolhimento devem garantir a privacidade, o atendimento sem discriminações, respeitando costumes e tradições. Devem funcionar de forma ininterrupta e, necessariamente, manter a articulação em rede com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e outros. (Gestão do SUAS, 2020.p.1)

Conforme Dados fornecidos pelo governo federal, possuiu em cerca de vinte e três cidades do Tocantins com CREAS para o atendimento publico para sociedade civil. Sendo Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Barrolândia, Cariri do Tocantins, Colinas do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dianópolis, Figueirópolis, Guaraí, Gurupi, Lagoa da Confusão, Lajeado, Marianópolis do Tocantins, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Palmas, Tocantinópolis e Miracema do Tocantins.

No Estado do Tocantins é importante ter o CREAS para ter esse cuidado especial com a população de rua ou conflitos familiares, desemprego, problemas de

álcool e drogas, a população estimada são cerca de 18.787 pessoas em Miracema do Tocantins.

A rede de proteção à mulher ²⁵ vítima de violência está dividida em quatro setores, envolvendo saúde, segurança pública, justiça e assistência social, esta rede de enfrentamento à violência contra mulher é uma atuação entre instituições, focada na estratégia de prevenção e políticas que garantem esta constituição na autonomia das mulheres seja nos seus direitos humanos, assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

São chamadas de serviços especializados no atendimento às mulheres: Rede de atendimento que é composto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que está sofrendo algum tipo de violência, Casas Abrigo, Delegacias Especializadas de atendimento à mulher, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar, Ouvidoria da Mulher.

O projeto profissional das diretrizes curriculares, explicam-se os conteúdos centrais dos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos necessários assim como a lei que regulamenta a profissão que trata das atribuições privativas e das competências profissionais de assistentes sociais. Os “Documentos e Opinião Técnica em Serviço Social”, na Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi/CFESS).

Descreve que são as “Realizações de estudos, orientações e fundamentos que normatize a produção de documentos e/ou expressão de opinião técnica (oral ou escrita) de assistentes sociais. Ressaltam neste âmbito os seguintes elementos: principais procedimentos profissionais, princípios éticos e relação com usuários e usuárias; diferenças sobre documentação profissional e opinião técnica; tipos de documentos profissionais; estrutura e conteúdo como materialização dos princípios éticos.

O Livro do “Direitos sociais e Competência Profissional” descreve que o Serviço Social tenha sido regulamentado como uma profissão liberal no Brasil e algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho,

²⁵ Câmara dos Deputados, **Secretaria da Mulher:** Atribuições, E-mail: secretariadamulher@camara.leg.br

a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a Regulamentação legal da profissão Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993.

O autor Tonet Ivo (2009), O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social-CRESS. É necessário também lembrar que o serviço social ainda mantém traços que á profissão e uma origem que está presente em vários vocacionais como a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado. O Serviço Social profissional vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional.

Segundo autor citado acima, refere-se que este ponto de vista vai ser, a partir das demandas diante da sociedade brasileira, que o Serviço Social é uma profissão que vem desenvolvendo sua intervenção junto com esses segmentos, mais empobrecidos e subalternizados da sociedade, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem seus usuários, em geral são os segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

Tonet Ivo (2009), O processo de divisão social do trabalho do Serviço Social é como profissão que se insere, nas suas emergências, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de naturezas diversas.

As intervenções profissionais dos assistentes sociais assumem novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente que são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc.

O autor (Borges, 2022) ²⁶está abordando sobre as bases constitutivas do projeto de ética política da profissão, e também no Parecer Técnico sobre Documentação em Serviço Social em resposta da solicitação do Conselho Diretor e Fiscalizador Profissional (Cofi/CFESS) para “realizar pesquisas”, diretrizes e fundamentos padronizados: que são Produzir documentação e/ou expressar opiniões técnicas (verbais ou escritas) assistente social.

Neste contexto, destacam-se os seguintes Elementos: Principais procedimentos profissionais, princípios éticos e relacionamentos com usuários; Aconselhamento técnico profissional; tipos de documentos profissionais; Estrutura e conteúdo como encarnações de princípios morais. O Trabalho dos assistentes sociais esteve presente nas práticas de todos os espaços sócio-ocupacionais em diversos tipos como, informes, relatórios, laudos e pareceres, e manifestar, explícita ou implicitamente - de forma verbal ou por escrito -, opinião sobre a matéria que se apresenta no cotidiano de trabalho, relacionada às mais variadas expressões da questão social, vinculam-se às atribuições e competências profissionais de assistentes sociais.

As reflexões sobre processos de trabalho e suas particularidades na intervenção profissional se inserem no debate mais amplo do complexo tema das atribuições e competências profissionais de assistentes sociais, o qual, na atualidade, exige a apreensão da “reconfiguração dos espaços ocupacionais à luz da nova morfologia do trabalho, no contexto de crise do capital e do profundo ataque contra o trabalho e os direitos da classe trabalhadora”, da qual assistentes sociais são integrantes. (RAICHELIS, 2020, p. 11).

As competências e atribuições privativas dos assistentes sociais têm estado presente nas gestões do Conjunto CFESS/CRESS, nas leis em suas afirmações e também nas suas contradições no trabalho profissional, seja para (re) pensá-las diante de novos contextos postos pela realidade social, que ampliam ou culminam em suas novas requisições.

Dessa forma, as demandas ou requisições do/a assistentes sociais e relacionadas ao estudo social, nas várias áreas de atuação, envolvendo materializações de expressões da questão social que afetam crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos/as, trabalhadoras/es e famílias, o que exige, por parte da/o

²⁶ Borges, Elizabeth, ET AL, **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social**, CFESS, (2022).

profissional, a investigação dos determinantes socioeconômicos e culturais que as constituem.

Nos Artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 (Brasil, 1993), dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social, que aparecem de uma forma direta e indireta no conjunto dos textos e documentos estudados, como não poderia deixar de ser, nas medidas em que todos eles fazem o debate sobre objetos relacionados às competências profissionais e/ou às atribuições privativas de assistentes sociais

Que venham a contribuir para as deliberações a respeito. Nesse sentido, enfatiza que a dimensão ética política do exercício profissional e a autonomia relativa que as/os profissionais detêm, aliadas ao conhecimento teórico-metodológico, são a base e sustentação do posicionamento técnico. (BORGIANNI, 2012, apud. CFESS, 2014, p. 24).

Segundo (Borgianni, 2012) contribuir com uma posição técnica muito importante, não cabe os assistentes sociais, ter um papel de decisão sobre sua vida pessoal, mais sim criar conhecimentos, a partir da sua realidade social para contribuir um melhor debate do depoimento com base no respeito, compreender as condições objetivas das famílias, criança e adolescente, no processo de violência entre outros.

E fundamental que, no conhecimento e também na análise da realidade social por meio do estudo social e considerado as expressões da questão social que se colocam no cotidiano manifestando-se por meio de algumas categorias centrais seja elencadas: trabalho sem renda, baixa renda, transporte, alimentação, saúde, educação, violência interpessoal, segurança, violência urbana e crime organizado, violência intrafamiliar, conflitos familiares e pobreza entre outros. (Fávero, 2021).

Parâmetros “para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social” (CFESS, 2011), que teve como objetivo “contribuir para fortalecer a intervenção profissional, em consonância com as competências e atribuições privativas asseguradas na Lei 8.662/1993”, ao tratar de competências específicas, que “abrange diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis”, discorre sobre a sua materialização, afirmando que podem “se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos”, entre elas a realização “de perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social”, assim como a realização de “estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais [...]” (CFESS, 2011, p. 21-23.)

Conjunto CFESS-CRESS, para sustentar as direções e firmar os parâmetros para as intervenções profissionais, na conformidade com as demandas e especificidades dos espaços sócio-ocupacionais e com os princípios éticos profissionais. As referidas sistematizações, a despeito da intenção de delimitação das particularidades das áreas de atuação da/o assistente social e da qualificação do trabalho, apresentam em comum a dificuldade de delinear ou especificar de maneira mais evidente os principais procedimentos profissionais, as diferenças entre documentação profissional, registro profissional e opinião técnica – escrita e oral - entre outros, o que confere um frágil escopo para a materialização dos princípios ético-político, técnico-operativo e teórico metodológico no exercício do trabalho no cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho de conclusão de curso foi uma pesquisa quantitativa teórica e bibliográfica para analisar os aspectos do comportamento humano nas expressões da questão social. Percebemos o quanto temos a aprender diante do assunto estudado: “Violência contra mulher” foi uma experiência enriquecedora nas leituras envolvendo Artigos, Questão social e direito (1997), O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo (2023). Revista Temporalis (2001) A atuação do Assistente Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher (2019), Rede Socio-Assistencial no Combate á Violência Domestica Contra a Mulher no Brasil (2018), Livros, A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social (2007) e O trabalho do assistente social e as políticas sociais (2000).

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa obedecerão ao que prediz a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, sobre a utilização de dados em ciências humanas e sociais, bem como o código de ética profissional do Assistente Social. A proposta dessa monografia foi a partir desse tema, vemos que violência contra mulher surgiu desde épocas antigas, foram maltratadas fisicamente, psicologicamente, patrimonialmente, moralmente, sexualmente e muitas mulheres terminaram sendo assassinadas pelos próprios companheiros “Feminicídio”. Por este motivo a importância da Lei Maria da Penha 11.340/2006 para proteger todas as mulheres.

É além de compreender melhor o trabalho dos Assistentes Sociais nas atribuições privativas dentro da escuta qualificada, elaborar, executar, orientação jurídica, planos, programas e projetos, visita domiciliar, relatório, parecer, informar às mulheres seus direitos.

Cumprimos todos os objetivos que nós tínhamos proposto compreender o fenômeno da violência de gênero a mulher e suas bases teóricas e sóciojurídicas fundantes; Descrever a dinâmica da proteção especializada no enfrentamento à violência de gênero praticada contra as mulheres na política de assistência social (PNAS)/SUAS, desenvolvida no CREAS; Avaliar a operacionalização das Atribuições privativas do assistente Social no atendimento especializado as mulheres vítimas de violência de gênero, no CREAS, conforme as normativas do Projeto Ético Político do Serviço Social.

No Estado do Tocantins as denúncias do ligue 180, dispositivo central na estratégia de enfrentamento da violência contra a mulher no país, recebeu, até o mês de julho, 84,3 mil denúncias, volume que equivale a um aumento de 33,5% em relação ao mesmo período em 2023. Em Tocantins, em 2024, a Central registrou 385 denúncias — um aumento de 33,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Behring, Elaine Rossetti, Santos, Silvana Mara de Moraes: **Questão Social e Direitos**, Link do artigo 3.4-Questão-social-e-direitos---Elaine-Rossetti-Behring-e-Silvana-Mara-Moraes-dos-Santos[1].pdf

BRASIL, **Lei Maria da Penha**. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Orientações Técnicas: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em maio 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004)**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em maio de 2023.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD> >. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em maio 2023.

CAMPOS, Tiago Soares. **"Maria da Penha"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/maria-da-penha.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em maio de 2023.

COELHO, Elza Berger Salema, ET AL. **Violência: Definições e tipologias** FLORIANÓPOLIS | SC UFSC 2014, Disponível em: [Definicoes_Tipologias.pdf \(ufsc.br\)](#)

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de Ética da profissão**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em maio de 2023.

COSTA, Cecília Maria Valter, Artigo, **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo**, a Instituto Nacional de Câncer (INCA), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Aprovado: 28/8/2023 Recebido: 12/10/2022, Disponível em: scielo.br/j/sssoc/a/XCGYxbRQmzYHCnvVDwpHYrr/?format=pdf&lang=pt

CRUZ, Juliana Lemes da. Serviço Social e violência doméstica contra mulheres: desafios do trabalho profissional em Teófilo Otoni. **O Social em Questão** - Ano XXIII - nº 47 - Mai a Ago/2020.

CULTURA, e raízes da violência contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/> Acesso em Maio de 2024.

BRASÍLIA, Planalto. Gov. Br. Lei nº 11.340, 7 de Agosto de 2006, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm, Acesso em maio de 2023.

ENCICLOPÉDIA, Significados, Questões Sociais: **entenda o que são**, Disponível em: <https://www.significados.com.br/questao-social/> Acesso em Março de 2024.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da et al. Violência doméstica contra a mulher na visão do agente comunitário de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. 2009, vol.17, n.6, pp.974-980. ISSN 1518-8345. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000600008>.

FRASE, do Pensador Leonardo Godoy, LINK <https://www.pensador.com/frase/MzUzMDE4MQ/> Acesso em outubro de 2024.

GUERRA, YOLANDA Livro: **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social** Disponível em: *GUERRA Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social (3).pdf Acesso em Março de 2024.

GUERREIRO, E. P. et. al. **O Serviço Social e a Violência Doméstica Contra a Mulher**. *Social Meeting Scientific Journal*, São Paulo, Brasil, v. I, n. 1, ano 1 junho de 2020.

GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: **problematizando definições teóricas filosóficas e jurídicas**. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. 2015.

GUITARRARA, Paloma. **"Pandemia de covid-19"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em 13 de setembro de 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA, **ciclo da Violência**, Disponível em: Ciclo da violencia - Instituto Maria da Penha

LACERDA, M. M. D. **a naturalização da violência contra mulher como uma construção sócio-histórica passível de desconstrução**. Monografia (Graduação

em Serviço Social. 36 p. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5273/1/PDF%20-%20Martina%20Mendes%20de%20Lacerda.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIVRO: IOLANDA: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

LÔBO, G. A.; LÔBO, J. T. Gênero, machismo e violência conjugal: um estudo acerca do perfil societário e cultural dos agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Revista Direito & Dialogicidade - Crato**, CE, vol.6, n.1, jan./jun. 2015.

LOPES, Líliam Dos Reis. Violência intrafamiliar: suas formas e consequências. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento** Ano 06, Ed. 05, Vol. 05, pp. 161-173. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959 Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/violencia-intrafamiliar>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/violencia-intrafamiliar.

MACHADO, Ednéia Maria. **Revista, Questão social**: Objeto do Serviço Social, Assistente Social do Departamento de Serviço Social da UEL, Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm#:~:text=%E2%80%9CA%20quest%C3%A3o%20social%20n%C3%A3o%20%C3%A9,do%20empresariado%20e%20do%20Estado. Acesso em Março de 2024.

MOURA, Soraia Goncalves; MELO Isabel de Freitas; FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de. a rede socioassistencial no combate á violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Revista Labor**, Fortaleza/CE, jan/jul 2018 Vol. 01, nº 19, p. 15-25 ISSN 1983-5000.

Mundo Educação UOL, Violência contra a mulher, Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm> Acesso em Maio de 2024.

O INSTITUTO, Maria da Penha (OMP), **Surgimento da história Maria da Penha**, Disponível em: O Instituto - Instituto Maria da Penha

OFERTA na proteção social básica e na proteção social especial, em: 04 de Junho de 2020, LINK. <https://blog.gesuas.com.br/protacao-social-basica-especial/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Diretora executiva da ONU Mulheres visita Brasil pela primeira vez, 2015. Link <https://brasil.un.org/pt-br/71408-diretora-executiva-da-onu-mulheres-visita-brasil-pela-primeira-vez>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: **ação e produção de evidência**. São Paulo; 2012. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf?ua=1. Acesso em 28 de abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARI-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS), **Violência contra as mulheres**, Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=Entre%20os%20fatores%20associados%20ao,viole%C3%A7%C3%A3o%20de%20g%C3%A9nero> Acesso em Maio de 2024.

PASCHOARELLI, Luis Carlos, ET AL. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico, **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, 2015 Disponível em: [admin,+19962-63771-1-PB \(2\).pdf](#)

PEREIRA, Eliane Martins, ET AL. **Violência, contra mulheres: e a atuação do assistente social nesse contexto**, UNIP, em 2016. Disponíveis em https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20191226151736.pdf Acesso em Abril de 2024.

PEREIRA, Thalita Mendes, a atuação do assistente social no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. **Revista Moitará**. Vol 1, N 5. 2019.

PLANALTO. GOV: **Presidência da República**, Lei nº 11.340, DE 7 de AGOSTO DE 2006, Disponível em : Lei nº 11.340 (planalto.gov.br)

POSTO DE SAÚDE, **As cidades do Tocantins que possuem CREAS**, Link <https://postosdesaude.com.br/assistencia-social/creas/to>. Acesso em outubro de 2024

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico **[recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUESTÃO social e serviço social: **Desafios Contemporâneos do Trabalho Profissional**, Juliana Kelly Dantas da Silva; Bruna Hávilla Lino Dantas; Maria Francisca Máximo Dantas: Disponível em: questaosocialeservicosocialdesafioscontemporaneosdotrabalhoprofissional.pdf (ufma.br) Acesso em Maio de 2024.

SAFFIOTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo e Perspectiva - **Revista da Fundação Seade**, 13(4), 82-91. (1999a).

SANTOS, Maria dos Remédios Matos. **violência doméstica contra a mulher: uma análise sobre a atuação profissional do(a) Assistente Social no Núcleo Multidisciplinar**, Lei Maria da Penha no Município de Picos-PI. // simpósio Internacional sobre estado, sociedade e políticas públicas, Teresina, Piauí, 2018.

SILVA, Ermildes Lima da; TAVARES, Márcia Santana. Desfazendo nós: Para Entender a Atuação da/o Assistente Social Frente á violência doméstica e familiar nos centros de referências de Assistência Social de Salvador/BA **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

SOUSA, NOÉMIA DE Instituto Maria da Penha (IMP), **Tipos de Violência**, Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html> Acesso em Abril de 2024.

SOUZA-LOBO, E. "Homem e mulher: **imagens das ciências sociais**", in E. Menicucci (org.), Mulheres, da domesticidade à cidadania. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1987).

TEMPORALIS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2,n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001. P.87.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: em Tocantins, Ligue 180 registra aumento de 33,2% nas denúncias em 2024, Link <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/ligue-180-central/em-tocantins-ligue-180-registra-aumento-de-33-2-nas-denuncias-em-2024> Acesso em outubro de 2024.